

HISTORIOGRAFIA E O NASCIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

RAFAELLA DA SILVA PEREIRA¹

RENATA DE CÁSSIA PEREIRA DA COSTA²

INTRODUÇÃO

Com este trabalho pretende-se analisar algumas obras, e a partir delas discutir a produção histórica sobre a Industrialização Brasileira e compreender de que maneira se deu enquanto processo, e como este foi percebido pelos historiadores eleitos para este fim. Faz-se importante estudar a Industrialização Brasileira e sua origem na medida em que se pensa a História como processo em construção constante. A origem, *o passado*, claro influencia a produção *presente* e a construção do *futuro*. Uma vez que, como afirma Cheneaux (1995, p. 22), “ele [o passado] nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir”. E seguindo essa linha, torna-se tão importante a *re-leitura* do *passado* quanto da produção histórica acerca do tema, pois a própria História tem história e seus discursos preservam, defendem, mudam e destroem realidades.

Dessa forma, foram escolhidas as seguintes obras para serem analisadas: **A Industrialização Brasileira**, escrita por Francisco Iglésias; **As Tentativas de Industrialização no Brasil**, por Nícia Vilela Luz e **Brasil: Do Café à Indústria**, de Roberto Catelli Jr. Essas obras e autores foram escolhidos, também em função de serem livros paradidáticos, de ampla utilização no Ensino Básico, e até por alunos de graduação em História. Não são considerados “clássicos” da Historiografia brasileira, mas nem por isso devem ser esquecidos ou deixam a desejar em sua produção e merecem ser lidos e discutidos.

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia de Roraima, graduada em História e especialista em Educação à distância.

² Professora, graduada em História e especialista em História do Brasil

APRESENTAÇÃO DAS OBRAS

A Industrialização Brasileira

O tema central da do livro de Iglésias é a história do desenvolvimento da indústria brasileira, desde a produção artesanal a industrial, passando pela sociedade indígena, a colonização portuguesa até a sociedade brasileira atual. Pretende com sua visão de síntese, ajudar a compreensão, ou mesmo encaminhamento para futuras leituras a cerca do tema, os iniciantes nas Ciências Sociais. Define como recorte cronológico o século XVI, com o descobrimento até ao ano de 1930, início da Era Vargas.

O autor começa sua abordagem definindo seu conceito de indústria como a elaboração de matéria-prima para conveniente uso e justificando seu recorte, afirmando que diferentemente de outros autores entende por sua própria definição ser necessário buscar antecedentes com um retorno maior no tempo. Subdivide a industrialização brasileira em oito períodos: 1) *Colonial ou Dominação Portuguesa*, onde a transformação da matéria-prima era tosca merecendo ainda a definição de artesanato. 2) *A Corte Portuguesa no Brasil*, período onde se esboça um surto tímido logo tolhido. Ocorrem à revogação de medidas proibitivas, supressão do monopólio, criação do banco do Brasil, abertura dos portos. Todavia, com a Independência, a situação de instabilidade política, dívidas exorbitantes, continuidade das instituições portuguesas e escravidão atrapalham todo o processo. 3) *Meados do século XIX*, quando ocorre a liberação do capital decorrente do fim do tráfico negreiro e o pequeno impulso dado pela Tarifa Alves Branco de 1844, dão novo fôlego à tímida indústria brasileira. 4) *Fim do Trabalho Escravo e Início do Livre*, ainda fábricas pequenas e mais manufaturas que indústrias. 5) *Substituição de Importações de 1914 a 1918*, com a guerra, ocorre um aumento da produção de bens não só primários, mas também elaborados, não só de consumo, mas também máquinas. 6) *1930*, data mais política do que econômica, começa a *Era Vargas*. 7) *Segunda Guerra e Liberalismo* marcam o sétimo período e 8) *O Regime de 1964* seria o oitavo. Apesar de oito períodos, o autor só trabalha apenas os cinco primeiros, os demais ficariam para um trabalho posterior, visto que este livros teria um espaço muito restrito pra tratar de um recorte tão abrangente.

Iglésias abre o primeiro capítulo caracterizando o que chamou de pré-história da indústria, ou seja, o período colonial. Afirma que houve apenas eventuais manufaturas. Para ele isso se deve a várias razões como: o pacto colonial, permeado pelo pensamento de que a colônia é para fornecimento de matéria prima e abastecimento de gêneros diversos para o mercado, princípio básico do Mercantilismo, assim como a menor contribuição indígena do que em outras partes da América, o escravo teria maior importância, principalmente vindos de regiões islâmicas, onde tradição tecnológica era superior. Todavia, foi tolhido pelo regime de trabalho. Outro fator de atraso, segundo o autor é a pobre tradição tecnológica portuguesa, estrutura de Estado montada na colônia era apenas para a obtenção de impostos e não melhoramento da produção, diferente dos espanhóis, muito mais eficientes. Iglesias aponta como obstáculos ao desenvolvimento industrial a produção de gêneros agrícolas em larga escala para o exterior, a formação de entidades autônomas, isoladas, que dispensavam o intercâmbio. A auto-suficiência acabou por gerar a pouca diversificação do mercado, e sem mercado interno, não houve aumento da produção.

Aos poucos a agroindústria do açúcar passa a ser o maior interesse português, formando uma estrutura social e política sólida, com base no latifúndio e trabalho escravo, em pouco tempo formou riqueza, estilo de vida e tecnologia. A indústria do açúcar e o beneficiamento eram feitos na Europa, mais especificamente no Países Baixos, o Brasil continuava exportador de matéria-prima. Certa atenção é dada para a produção de aguardente, como complemento da atividade açucareira.

A população portuguesa era insuficiente para a colonização. Ficava provada a ineficácia das Capitânicas Hereditárias na ocupação do território. Com a União Ibérica em 1580, devido ao fato de que o Brasil quase não tinha europeus, a colônia poderia ser perdida e as tentativas de ocupação se intensificam. A principal atividade econômica do período era o extrativismo, pois a mão-de-obra exigida era pequena e desqualificada, em geral indígena.

Em 1720 viu-se o rápido desenvolvimento da capitania de Minas Gerais, possibilitado pela exploração do ouro de aluvião, deixando para depois a extração de ouro que exigisse maiores recursos técnicos e financeiros. O Estado português se limitava à cobrança de impostos. Com o fim da mineração, só restam estagnação e

pobreza. O ponto positivo está no fato de que a mineração exigiu intercâmbio entre as capitanias do norte e do sul, foi o primeiro momento de integração nacional, gerando uma consciência nacional, comprovada pelas rebeliões contra o poder português, e a simples transferência de capital para a metrópole e a falta de investimentos na colônia. Ouro e diamantes só passavam por Lisboa, iam para os Países Baixos para lapidação ou para Inglaterra para o pagamento de dívidas, Portugal não possuía nenhuma vocação industrial. Além disso, diversos tratados desfavoráveis assinados com a Inglaterra pioraram ainda mais a situação, como por exemplo, o de *Methuen* de 1703. Nele Portugal se comprometia ‘pra sempre’ comprar tecidos ingleses, em troca da venda de seus vinhos. Iglésias foge das generalizações apressadas: *Dizer que o ouro [brasileiro] foi o motor do industrialismo inglês ou capitalismo moderno é um raciocínio simplista, pois o capitalismo tem base mais consistente, com reformas agrárias, comerciais e depois tecnológicas verificadas na Grã-Bretanha.* (1988, p. 22).

Segundo Iglésias até houve uma tentativa de siderurgia em 1780 em Minas, mas não teve êxito, pois somente a metrópole poderia transformar matéria-prima. No período de administração do Marquês de Pombal, Portugal assiste ao surgimento de fábricas de tecidos, louça, vidro, papel, metalúrgicas, com o incentivo e subsídio do Estado. Proibiu-se a importação, e claro, o choque com os viticultores foi inevitável. Logo em seguida, os Alvarás de Maria I ordenavam a destruição dos teares e proibiam a instalação de manufaturas. A partir daí só foi permitida a produção de tecidos grosseiros, para escravos. Para o autor o efeito foi psicológico, acabou por advertir o papel da submissão da colônia em relação à metrópole, quase nada destruiu, pois a maior parte de produção já era de tecidos grosseiros, e além disso a fiscalização era quase impossível, num território tão vasto e ínfima presença do Estado português.

No capítulo seguinte, Iglésias começa sua análise fazendo uma contextualização do século XIX, e argumenta que Portugal não poderia ficar imune às influências da ilustração que o resto da Europa sofria, e claro os resultados eram também sentidos no Brasil. Como a invasão francesa, Portugal opta pela Inglaterra e a corte portuguesa foge para o Brasil. Do ponto de vista político, a colônia é emancipada, agora passava a centro do Império Português. O governo pede a colaboração de cientistas portugueses e brasileiros para a elaboração de relatórios e providências a serem tomadas a respeito da situação das indústrias e agricultura. Muito foi pensado, discutido e pouco foi feito de

fato. Brasileiros e portugueses percebiam a anomalia: o corpo superior dependente a outro tão fraco, ainda que não houvesse um desejo claro se separação, a situação não se sustentaria por muito tempo mais.

Com a abertura dos portos, os tratados de livre comércio, redução das tarifas de importação e o fim do monopólio português, a invasão de produtos ingleses foi inevitável. Do fundamental ao desnecessário, o produto nacional não poderia fazer frente ao artigo inglês, de custo mais baixo e quase isento de tarifas em comparação com o nacional. Os incentivos dados pelo governos Joanino não foram suficientes para alavancar à industrialização nesse contexto. Nem mesmo a criação do Banco do Brasil, suspensão do alvará de 1785, isenção de impostos para a exportação dos artigos produzidos no país, a concessão de privilégios a inventores ou pioneiros na adoção de máquinas novas e distribuição de auxílio financeiro, nada pode fazer frente à concorrência inglesa. Além disso havia outros entraves como a relativa falta de mercado, inconsistência demográfica, falta de recursos técnicos e financeiros. Por um momento, parecia que o arranco era pra valer, mas foi prenuncio e não a realização da industrialização do Brasil.

No momento da Independência, o Brasil era uma nação pobre com diversas rebeliões em diferentes pontos, com uma onerosa indenização a pagar a Portugal, logo transferida ao capital britânico, pelo empréstimo concedido. Novos acordos econômicos reafirmando aos tratados de 1810 em 1827, enfraqueceriam a produção nacional novamente. Um novo artigo começava a movimentar a economia, surge o café, a nova riqueza nacional. Agora economicamente, o Brasil contava no setor agrícola com a pecuária e a lavoura. O setor industrial, mais centrado no mundo rural, no urbano havia algumas tecelagens já de certa qualidade. Nos anos de 1840, a Tarifa Alves Branco, aparece como tentativa de proteger os capitais nacionais empregados na indústria e incentivar outros a procurar igual destino. Mas essa política, segundo Iglesias não agrada em nada a Inglaterra, que no ano seguinte publica o *Bill Aberdeen* em 1845, começaria o policiamento britânico contra o tráfico negreiro. No mesmo ano, o Estado brasileiro fez mudanças na lei de incentivo a indústria e alguns artigos alterados, a lei revela-se insuficiente. A subserviência brasileira se confirma em 1850, quando é publicada a lei que proíbe o tráfico negreiro.

No terceiro capítulo, Iglésias descreve a economia brasileira como ainda rudimentar e com escassez de capital. Era no tráfico de escravos o grande investimento, com seu fim ocorre um excedente de capital, para ser investido em outras áreas. Mauá é o pioneiro nesse processo, investe em fábricas, bancos, ferrovias, a renda gerada pela lavoura de café começou a ser empregada em outros setores. Para o autor, vários são os fatores que contribuem para o surto de iniciativas industriais da metade do século XIX como o fim das revoltas; inicia-se um projeto de integração nacional como investimentos em transportes e comunicações; havia um afã por realizações; pelo progresso, surgem o gosto pela poupança, cuidados com a indústria e agricultura; exaltava-se o novo, a iniciativa, o negócio e a indústria; é criado o novo Banco do Brasil; razoável prosperidade nacional e internacional; criam-se organismos de apoio e fomento a indústria; leis protecionistas; aos poucos cresce uma consciência de exploração internacional. Entretanto como nada é perfeito, havia também conflitos, a campanha abolicionista aumentava e a luta pela mão-de-obra se acirrava. A sociedade patriarcal resistia à máquina, temerosa da alteração da velha estrutura.

No capítulo quarto, Iglésias retoma a discussão se a industrialização da primeira República foi baseada no Artificialismo ou na Realidade. Houve um intenso debate na época sobre essa questão, artificialismo, pois havia a dependência de importação até de matérias primas e realidade porque inicia de fato alguma produção, antes quase tudo era importado. O autor conclui que de fato houve muitas fantasias frutos de proteção sem resultados. A ordem agrária foi mantida e havia ainda pouca sensibilidade para a indústria.

Toca no papel de Rui Barbosa e o Encilhamento, afirma que a influência positiva na economia e indústria nacional, já que possibilitou a mudança na mentalidade produtiva, ainda que tenha gerado uma crise num primeiro momento. Segundo o autor houve algum desenvolvimento de indústrias de bens de consumo e produção. E o café foi seu maior investidor. Iglésias faz uma comparação entre a produção dos estados e regiões, baseado no censo 1907, o Distrito Federal despontava como grande produtor.

A indústria empregava pequena parcela da população, a maior parte das fábricas eram pequenas e domésticas. Havia maior presença imigrante no setor industrial que brasileira, essa influencia, segundo Iglésias foi decisiva, pois com o anarquismo, e

posteriormente, o movimento organizado lutavam por melhores condições de trabalho. Políticas públicas foram direcionadas aos imigrantes, mas nada não aos escravos recém libertados. Proletariado ainda tinha pouca força expressiva. A classe média era frágil e a burguesia estava ligada ao comércio exportador, essas “classes conservadoras” mais tarde organizariam a “política dos governadores”. A fisionomia nacional tornava-se mais atrativa como o governo republicano, houve significativas melhorias na saúde pública.

O último capítulo trata principalmente das influências sofridas pela indústria nacional depois da Primeira Guerra. Com o Mundo em crise, principais atingidos pela guerra são os que lideram a economia, são os compradores de matéria prima e fornecedores de produtos industrializados. O Brasil se vê obrigado a ter que produzir o necessário. As exigências de consumo favorecem a atividade industrial. A exportação cresce, não só de produtos agrícolas, mas também de artigos manufaturados. Ocorre uma melhora da situação cambial, mas que logo voltaria ao desequilíbrio com o fim da guerra. Segundo o censo de 1920, há um aumento significativo na indústria de carnes e alimentos em geral, vestuário, cerâmica, têxteis, madeira, produtos químicos, metalurgia e outros menos expressivos. A dificuldade de importação foi o fator primordial para a expansão da atividade. A distribuição industrial regional apresentou variação, segundo o censo, o estado de São Paulo passa a ser o maior produtor. Algumas razões podem ser apontadas, segundo Iglésias: aplicação de capitais gerados pela lavoura do café, investimentos externos, em grande parte devido ao alto número de imigrantes, centro ferroviário nacional, energia elétrica farta e barata, o fazendeiro paulista estava cada vez mais distante do senhor do café e mais próximo do industrial capitalista.

Iglésias discute e confronta as interpretações e generalizações apressadas feitas em relação ao censo de 1920 em comparação ao de 1907. Diz que o impulso da guerra faz brotar uma indústria, sobretudo bens de consumo, e nada de base. A partir daí uma burguesia começa a ganhar força, lentamente nacionalizada, já que anteriormente, a maioria dos empresários era de imigrantes. Entretanto, com o fim da guerra e a estabilização da economia européia e estadunidense, o produto nacional é pouco competitivo frente ao estrangeiro. O impulso industrial decresce e fabricas fecham ou vegetam e a cafeicultura atinge seu ápice de produção. A Crise de 1929 abalou o país e o mundo. Para Iglésias, a superprodução de café criou um mercado interno, com

economia já assalariada, possibilitou a aquisição de bens. A cultura do café provocou concentrações populacionais e atraiu investimento estrangeiro. Os primeiros decênios republicanos foram voltados política e economicamente para o café, o que se comprova para o autor, pelo Convênio de Taubaté e as políticas governamentais de privatização do lucro e socialização de prejuízos da lavoura cafeeira. A industrialização teria outro destino a partir do governo Vargas.

Livro com 4 gravuras exceto pela capa, com 93 páginas, linguagem simples, clara, objetiva, e de fácil leitura. Dividido em 7 Capítulos, intitulados: Tema e Periodização, O Brasil e o Pacto Colonial, O estado Nacional, Sob o Signo do Progresso, Artificialismo e Realidade, Substituição de Importações e Indicações de Leitura.

Como o livro pertence à Coleção Tudo é História, destina-se a alunos ingressantes nas Ciências Sociais, curiosos e iniciantes no tema. Até mesmo por este motivo não se pretende tratar do tema com profundidade. O autor é muito consciente disso e da superficialidade da obra. Iglésias afirma: *“Cerca de quatro séculos são abarcados em poucas páginas, sem pretensão de abrangência ou profundidade”*. (1988, p. 11). Entretanto, pela sua extrema familiaridade com o tema, diálogo constante com as fontes, e por ser bastante detalhista, acaba abordando o tema com profundidade e abrangência, ainda que essa não fosse sua pretensão inicial. Ao longo do texto propõe novas discussões e estudos, trás contrapontos de idéias que enriquecem seu texto e prendem a atenção do leitor ao longo de debates historiográficos e econômicos. Como por exemplo, faz toda uma discussão historiográfica e debate entre a tese de historiadores e economistas quanto à “industrialização da 1ª República” ou “surto industrial”, Iglésias não impõe seu ponto de vista e sugere novas pesquisas. Mas enfatiza a importância do momento da guerra para a produção industrial do país.

Entretanto, alguns pontos negativos podem ser apontados também como por exemplo sua falta de preocupação com a cronologia, ao longo do texto faz muitos virem de datas, demonstrando sua desorganização mental. As figuras estão mal posicionadas no texto também, só aparecem em páginas posteriores ao evento citado, são charges e não apresentam comentários, cabe ao leitor entendê-las. Que não é muito difícil, apresentam em geral uma fala do personagem.

Pode-se dizer que autor apresenta certa afinidade com a linha Marxista da História, o que se comprova pela utilização de conceitos como *proletariado*, *burguesia*, *indústria de bens de produção* e *consumo*, apesar de que não fala em lutas de classe e não se propõe a fazer uma História de resgate social e crítica do papel das classes trabalhadoras enquanto atores sociais. É certo que se pode dizer que não esta ligado a um linha tradicional, pois analisa características culturais e suas interferências no processo de industrialização, além do que faz uso de fontes diversas como cartas do jesuíta Nóbrega, discursos do desembargador José João Teixeira, relatos de viajantes como John Mawe, Henry Koster, Saint-Hilaire e John Luccock, bem como também os censos de 1907 e 1920, relatórios do Ministério da Fazenda, obras literárias como o livro de Gilberto Amado, História da Minha Infância, Jornais, Revistas e Legislação da Época. Como referencial também ganha em abrangência, dialoga com historiadores, economistas, financistas e políticos, podem ser citados alguns como Jorge Borges de Macedo, Azevedo Amaral, Capistrano de Abreu, Rui Barbosa, Visconde Taunay, Machado de Assis, Antonio Francisco Bandeira Junior, Warren Dean, Jorge Street, Edgar Carone, Bulhões Carvalho, Roberto Simonsen, Aníbal Vilela, Wilson Suzigan e Celso Furtado.

As Tentativas de Industrialização no Brasil

O quarto volume da Coleção História Geral da Civilização Brasileira está dividido em quatro livros: Economia e Finanças, Relações Internacionais, Forças Armadas e Vida Espiritual que tratam, como se pode perceber pelo próprio título, do fim do segundo reinado. Pelo recorte estabelecido aqui neste trabalho será feita apenas à análise do primeiro livro e nele somente do segundo capítulo, As Tentativas de Industrialização no Brasil. A temática central da obra gira em torno da discussão sobre o declínio e queda do império, analisando os vários aspectos da vida social, econômica e política do país. Já o capítulo analisado, pretende mostrar de que maneira o Brasil estava inserido na expansão industrial pelo mundo, e apesar de iniciativas, não se pode falar em industrialização antes de 1870. Nícia utiliza como marcos de seu recorte temporal a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808 e a queda do regime imperial em 1889.

A autora inicia seu trabalho tratando da administração Joanina, apresentando as primeiras aspirações industriais, trazendo os antecedentes do período, como a Inconfidência Mineira e os alvarás proibitivos de Maria I, que segundo ela, teriam mais inibido iniciativas industriais do que de fato acabado com as indústrias existentes. Em seguida, aborda as condições de industrialização do Brasil em comparação com os Estados Unidos, para ela, o Brasil demograficamente estaria em pé de igualdade, teria mercado consumidor superior, já que poderia contar com as colônias portuguesas na África e quanto aos recursos naturais, mesmo na época, era considerado superior. Todavia, a política industrial de D. João VI não foi adequada ao momento histórico. Segundo Nícia, não houve inovações. Apenas foram aplicadas medidas utilizadas desde o medievo, quando o momento internacional era de revolução e mudanças rápidas. Os alvarás de 1808 e 1809 até davam certo incentivo à indústria e ao empreendedorismo, mas não foram suficientes para alavancar o desenvolvimento industrial. Com o Tratado de 1810, o Brasil foi invadido pelos produtos ingleses e o artigo nacional não pode fazer frente aos baixos impostos de importação e de baixo custo de produção. O pensamento econômico brasileiro se dividia entre as idéias liberalizantes, inspiradas nos fisiocratas franceses e outros que ainda acreditavam no agrarismo, a corrente mais forte. Entretanto, já havia uma consciência de que a colônia era superior a metrópole. A indústria de construção naval apresentou certo crescimento na direção de uma marinha mercante, entretanto a administração Joanina não deu relevância, preocupando-se em construir uma marinha de guerra. Segundo Nícia, Dom João IV tentou a fortalecer e promover a implantação de indústrias de ferro. Entretanto a siderurgia dependia de outras condições e mercado consumidor para a produção, e, portanto ainda não poderia ter sucesso. Já a indústria têxtil, não teve os mesmos incentivos governamentais. A autora afirma que os estudos ainda não permitem maiores esclarecimentos, mas relaciona o fraco desenvolvimento da indústria têxtil ao comércio português na Ásia. Era mais interessante à importação e re-exportação de produtos indianos do que o fortalecimento da produção nacional.

No segundo subtítulo, Nícia descreve as novas tentativas de industrialização em meados do século XIX. Com a expiração de diversos tratados comerciais, surge à oportunidade de investimentos na indústria, a Tarifa Alves Branco, estabelecia 30% de taxa de importação para a maior parte dos produtos e até 60% em alguns casos onde já

havia produção nacional equivalente. Todavia, a tarifa se mostrou ineficiente, uma vez que a maior parte das indústrias existentes eram têxteis e ela não foi suficiente para protegê-las. As condições nacionais se mostravam cada vez mais diversas a industrialização. O café dominava a economia nacional e comprovava a crença no destino agrícola do Brasil. Os ideais de industrialismo não conseguiram se impor diante dos ideais protetores da lavoura e monocultura. Ainda assim, algumas indústrias contrariavam a conjuntura e conseguem se desenvolver como as têxteis no Nordeste e no Centro, assim como a metalúrgica, estimulada em regiões açucareiras. E nesse setor, a autora destaca a figura de Mauá, por sua audácia e empreendedorismo.

Quando trata do fim do Segundo Reinado e o surto industrial, Nícia lembra do impulso a industrialização, gerado pelas guerras Civil dos Estados Unidos e a do Paraguai. A primeira por ter provocado um renascimento da indústria têxtil e a segunda por ter atingido vários setores da indústria como o de produtos químicos, instrumentos ópticos, náuticos, couros, vidros, chapéus, cigarros, papel, entre outros. A partir da década de 1870 houve também a aplicação de capitais antes aplicados na agricultura na indústria, pela queda de alguns gêneros agrícolas. As disputas entre agrarismo e liberalismo continuavam, a tarifa Rio Branco inaugura um período de liberalismo moderado, que não agradou a nenhum dos dois lados, não satisfaz nem a lavoura, nem a indústria.

Em 1875 a crise que abalou os países industrializados chegou também ao Brasil e vários estabelecimentos decretaram falência, e logo em seguida a situação se agravou com a primeira crise do café. Aliado a isso, a técnica de produção européia invadiu a arcaica estrutura econômica do Brasil. Segundo a autora, o frágil embrião da indústria reagiu em nome do nacionalismo, se impondo e exigindo uma política protecionista. Assim, nesse contexto se constituiu a Associação Industrial. Seus principais pontos de luta eram a independência econômica, através da industrialização, pois esta atrairia braços e capitais estrangeiros, ocuparia a população urbana desocupada, livraria o país da vulnerabilidade de uma economia baseada na monocultura e diminuiria a importação, aliviando a balança comercial.

Com a crise do café e a grave situação econômica do país o governo imperial viu-se obrigado a dar amparo à produção nacional em todos os aspectos, mas em particular

aos produtos primários. Tarifa Belisário, veio de encontro a esse projeto, o que provocou o descontentamento de setores industriais. Nícia conclui seu trabalho com a idéia que de Império e nem a Primeira República conseguiriam se articular e nem por em pratica um plano de industrialização de fato.

Apreciação

O livro não apresenta gravuras, com 390 páginas. Escrito com linguagem simples, clara, objetiva, quase telegráfica. A autora divide seu texto em três partes pra melhor exposição e entendimento. Apresenta clara a organização mental, demonstrada pela estrutura expositiva, inicia o texto com uma breve apresentação do tema, abrindo a discussão para os itens seguintes. Pode-se perceber familiaridade com o tema, leituras de outras áreas como a economia. Dialoga com as fontes as condições de industrialização, quando discorda da teoria levantada, como, por exemplo, a respeito da ausência de mercado consumidor, vai de debatendo a ponto a ponto, demografia, mão de obra, falta de capital e aspectos políticos. Mostra-se no texto, colocando suas conclusões e não só as conclusões de suas referências. Cita como referência Francisco Marques de Góis Calmon, José da Silva Lisboa, Hipólito da Costa, Roberto Simonsen, Eschwege, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Trabalha com fontes como o jornal Correio Brasiliense e cartas de Antonio Ferreira de Andrade a Martinho de Mello Castro. Infelizmente não apresenta a bibliografia consultada, e apenas referencia uma citação em nota de rodapé.

Numa primeira análise, desatenta, pode-se alinhar a autora a uma corrente tradicional da Historiografia Brasileira, pois seu texto apresenta linguagem descrita, pouco questionadora ou crítica, não toca na em pontos importantes como influência de aspectos culturais na produção industrial, papel das classes populares, mulheres entre outros. Todavia, ao se pensar no momento de produção³, provavelmente em pleno Regime Militar, é possível perceber que a autora seguiu a corrente de seu tempo. Segundo Arruda e Tengarrinha (1999, p. 57-56.) a repressão atingiu pensadores, intelectuais e professores universitários através de perseguições, ameaças, triagens

³ A Coleção História Geral da Civilização Brasileira foi escrita entre 1960 e 1977. Não foi encontrada a data exata da primeira publicação do quarto volume, mas está entre o fim da República Populista e o Regime Militar.

ideológicas, cassações e aposentadorias compulsórias. E por este motivo as pesquisas históricas acabaram por sofrer novos direcionamentos como a industrialização, desenvolvimento, sub-desenvolvimento, momento de destaque para a História Econômica. Nícia se encaixa muito bem nesse contexto histórico. Pelo seu referencial, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, podemos perceber certa afinidade com uma linha teórica de História Marxista, mas não trabalhada no texto através de conceitos e ou problematizações. Desse modo, com vistas às poucas informações a respeito de Nícia, há que se pensar em todo contexto social em que estava inserida, seu “*lugar social*” - muito bem definido por Certeau - e momento histórico de produção da obra.

Brasil: Do Café à Industria

Resumo

O tema central da obra de Catelli gira em torno do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, em São Paulo, e sua interação com a Economia Cafeeira e Industrial. Todavia, o que interessa neste trabalho é a industrialização, e para atender a esse objetivo será analisado o terceiro capítulo, que pretende apresentar de maneira a transição de investimentos do Complexo Cafeeiro possibilitou a criação da indústria e, assim, consolidou um mercado de trabalho livre no Brasil. O autor utiliza como marcos temporais os anos de 1870 a 1930.

A argumentação de Catelli se concentra na cafeicultura como impulso econômico e político à industrialização. Inicia fazendo o contra ponto entre a cafeicultura fluminense, em declínio e a paulista em franca ascensão. O autor trata do estado de São Paulo como o empreendedor e modernizador da economia nacional, responsável por investimentos em tecnologia de produção, transportes e imigração.

Como o investimento em ferrovias, houve uma baixa no custo da produção. E a cada dia mais era feita a ampliação da malha em função do café. Nesse sentido, começa a surgir o que Catelli chama de Complexo Cafeeiro, um conceito emprestado de “muitos autores” segundo ele, mas não definido. O Complexo Cafeeiro teria como antecedente o capital excedente do café, investido em outras áreas da economia. O

cafeicultor deixava de ser unicamente um produtor agro-exportador, e passa a investir em outros setores, cada vez menos plantadores e mais banqueiros, comerciantes, investidores. As ferrovias deixam de ser mero suporte para a cafeicultura, mas também investimento rentável e de alta lucratividade. Abrem-se cada vez mais brechas para a acumulação de capital.

Nessa primeira fase, segundo o autor, a cafeicultura impõe limites à industrialização. Seu crescimento estava sempre condicionado ao vai-vem da economia cafeeira. Os subsídios do Estado estavam sempre voltados para agricultura e não para a indústria. Temia-se a transferência de mão de obra do campo para as cidades e o prejuízo da cafeicultura, que deveria ser sempre protegida, já que era a maior riqueza nacional. A dinâmica agrário exportadora dificultava a instalação de outras indústrias, além das poucas já instaladas. Para Catelli pouco se pode falar em industrialização antes de 1880, havia algum sucesso apenas com indústrias de chapéus antes desse período.

A partir de 1880, com a primeira crise de desvalorização do café no mercado internacional e a socialização dos prejuízos, através da desvalorização da moeda nacional, ocorre uma mudança de pensamento em relação a industrialização. Como essa política não resolveu o problema da superprodução, o país endivida-se externamente, há um aumento significativo da inflação e surgem discursos sugerindo a diversificação da economia e das políticas públicas. Organizou-se um movimento em prol da indústria, surgem diversos organismos em defesa da industrialização do Brasil, houveram publicações de manifestos e as discussões foram forçadas com crise do café em 1882-83, a Associação da Indústria chamava a atenção para a vulnerabilidade de uma economia assentada num único artigo – o café, a imigração que cada vez mais gerava desocupados que poderiam se dedicar ao furto e prostituição, inaptos ao trabalho rural, deveriam ser direcionados a indústria. A instabilidade econômica e social favoreceu a industrialização. Daí em diante, o autor afirma ter acontecido o e primeiro surto de investimentos industriais. Políticas para o café refletem diretamente na indústria, pois a cafeicultura regulava as relações comerciais. Catelli fala também da importância da e a mão-de-obra imigrante, que já possuía experiência industrial da Europa, e que mais tarde organizaria o movimento de luta por melhoria de condições de trabalho. Primeiro pelo movimento anarquista dos italianos e posteriormente, mais organizado, que

exigiria leis que regulamentassem o trabalho, e que por conseqüência, gerariam com elas as leis para a própria indústria brasileira.

Para Catelli, de 1880 a 1933, só houve a formação de indústrias leves, principalmente têxteis e só mais tarde seriam formadas as de “bens de produção” (aspas do autor), depois da crise do café de 1929. Com o advento da República, federalismo e investimentos internacionais incrementavam o Complexo Cafeeiro. Mas as crises do café exigem novas dívidas externas e a moratória, acontecimentos bem marcados pelo *funding-loan* e Convênio de Taubaté, ocorre a compra do excedente da produção pelo Estado e desencorajamento de criação de novas lavouras, e nova socialização de prejuízos.

Encerra seu trabalho concluído que a cafeicultura paulista do século XIX foi o motor da economia nacional até 1929, mas que a partir de 1880 trouxe consigo a industrialização. Com a legislação para manter os trabalhadores nas fazendas, os conflitos foram dando impulso a criação de uma legislação e política industrial adequadas ao Brasil industrial do pós-década de 1930. Com a industrialização e a consolidação de um mercado de trabalho nacional rompia-se com a herança colonial e encerrava-se o mito de que o Brasil era um país de vocação agrária.

Apreciação

O livro não tem gravuras, exceto pela capa, com 66 páginas, apresenta linguagem simples, clara, objetiva, e de fácil leitura. Dividido em Introdução, Conclusões, Indicações de Leitura e mais três Capítulos, intitulados O Desenvolvimento da economia cafeeira e as primeiras experiências com o trabalho livre, São Paulo como o móvel da transição para o trabalho livre e Do café à indústria: a consolidação de um mercado de trabalho livre no Brasil, aqui analisado. O livro pertence à Coleção Tudo é História, destina-se ao mesmo público da obra de Iglesias, e, portanto, não trata o tema com profundidade e nem se pretende a isso.

Pode se perceber certa afinidade com a linha teoria marxista, presente no texto pelo uso de conceitos como *mercado*, *acumulação de capital*, *capital*, *indústrias de bens de produção* *indústrias de bens de consumo assalariado*. São utilizados, sem definições ou discussões, são tomados como completos e definitivos, o que deixa a

desejar, já que poderiam ser mais bem trabalhados, pois estão em constante reformulação e possuem certa validade histórica, e também essa discussão poderia ser muito bem aproveitada enquanto instrução para o leitor, em alguns casos, iniciante em estudos em ciências sociais. Faz uso de fontes como discursos Políticos da Câmara dos Deputados, do Visconde de Cairu como exemplo, e o censo industrial de 1907; e traz como referencial Wilson Cano, Sérgio Silva, Nicéia Viela Luz, historiadora também analisada neste trabalho e João Manuel de Cardoso Mello. Não dialoga com as fontes, apenas faz citações como ilustrações e confirmações de sua argumentação. Não apresenta confrontos de idéias, ou mesmo propõe discussões ao leitor.

O autor se equivoca quando faz uma análise da realidade paulista, se precipitando em generalizar para o restante do Brasil suas conclusões e análises, sem antes verificar as outras realidades regionais do país. E deixa a desejar quando fala do papel do Barão de Mauá, ele apenas citado, e pela sua importância no processo merecia maior destaque.

Cita fatos e eventos históricos sem contextualizá-los, como no caso do *Funding-Loan*, o leitor que não tiver noção do assunto pode imaginar que foi uma política do império. Durante o texto, não fica claro quando ele fala do Império e quando fala da República. Passa as páginas 48 e 49 falando da república, só na página 50 diz que ocorre a proclamação em 1889. Em alguns momentos sua leitura precisa ser acompanhada por outros materiais caso o leitor não tenha conhecimento prévio dos fatos históricos, como no caso da Crise de 1929, apresentada como uma crise do café apenas, e não como uma crise mundial. Ou quando o autor observa que a partir 1915, ocorre o movimento de brasileiros indo para as fazendas e estrangeiros ficando na capital, por estarem mais adaptados a indústria, sem relacionar este fato com a Primeira Guerra Mundial e a necessidade de aumento da produção industrial do Brasil para atender o mercado interno.

CONCLUSÃO

Embora, entre autores trabalhados não haja total concordância quanto à industrialização brasileira, nem mesmo quanto à definição desta, é necessário admitir que enquanto colônia não havia interesse nesse desenvolvimento para que a colônia não concorresse com a metrópole, e, mais tarde, quando o Brasil ensaiava seus primeiros

passos com a independência, foram os acordos internacionais que se antepuseram às iniciativas de industrialização.

Os historiadores estudados perceberam de maneira distinta o processo, já que para os autores não há um consenso de que seja indústria enquanto conceito. Só Iglesias trás sua definição. Ele retoma ao período imediato ao descobrimento, faz inferências sobre a influência da cultura para a industrialização. Nícia retoma ao período Joanino para traçar a pré-história da indústria, e para ela a industrialização só teria se iniciado a partir da década de 1880, em acordo com Catelli, para quem é impossível se falar em indústrias no Brasil antes desse período.

Há que se entender que os portugueses não legaram à nossa nação a qualidade de empreendedores, e só isso seria atraso suficiente para industrialização brasileira, mas não foram os únicos motivos. De acordo com os autores consultados, o conservadorismo; o medo da mudança e, principalmente, a falta de incentivo por parte do Estado teve um peso enorme no retardamento do processo industrial nacional.

O Brasil que iniciou suas atividades econômicas com a monocultura do açúcar e teve, mais tarde, o café como forte monocultura exportadora, onde ficava concentrada toda a economia produtiva do país e protegida pelas ações governamentais; certamente encontraria resistência para diversificar sua produtividade, só possível a partir do declínio da lavoura do café, e conseqüente reorganização nos investimentos. Isso não nega idéias que defendem iniciativas com vistas a uma produção industrial desde o Brasil colônia, mesmo que estas não tivessem objetivos conquistadores de mercado.

Para Iglesias e Nícia o período Joanino foi importante na medida em que gerou as primeiras experiências da industrialização vindoura e pela primeira vez viu-se iniciativas estatais, ainda que tímidas e que não tenham atingido os resultados propostos. Com a Independência, dívidas, crise política e instabilidade social, a industrialização ficou esquecida e nesse momento o café desponta como principal produto de exportação e gerador de divisas nacionais. Mas com a estabilidade e o momento nacional e internacional propícios, no segundo reinado em meados do século XIX, surge uma nova oportunidade e até certo incentivo estatal, através da Tarifa Alves Branco e outra mais, como apontam Iglesias e Nícia. Todavia, os interesses dos cafeicultores eram outros, o projeto agrário-exportador ainda prevalece.

Com a chegada da década de 1880, chega também à fase de acordo entre os autores trabalhados, todos apontam esse período como o inicial e definitivo para a Industrialização Brasileira, onde começam a surgir organismos voltados aos interesses industriais, que exigiriam políticas públicas protecionistas e o fim do mito da vocação agrária do Brasil. Entretanto, só Catelli e Iglésias apontam o café como propulsor e freio da indústria. Nícia não toca no papel da cafeicultura no processo, talvez porque seu recorte temporal pare nesse momento histórico, a autora não avança no período Republicano, diferentemente dos demais. E justamente durante a República é que ocorrem as maiores crises do café e a necessidade de diversificação da economia.

Catelli e Iglesias concordam com o papel da imigração para a industrialização brasileira, o imigrante foi decisivo para seu desenvolvimento, não só pelo conhecimento prévio, qualificação de mão-de-obra e luta por direitos trabalhistas, que mais adiante exigiriam leis específicas para regulamentar o trabalho, que gerariam leis para a própria indústria.

Um ponto importante a apontar é que nas três obras analisadas os sujeitos da História são sempre o Estado, a classe empresarial, a elite cafeicultora, e por uma breve passagem o imigrante, mas nunca o povo, as classes mais pobres brasileiras, sempre esquecidos, ou atores coadjuvantes no processo histórico.

Os autores, quando tratam do mesmo recorte temporal, citam os mesmos fatos e os descrevem de modo similar, apesar de em alguns momentos usarem denominações distintas. Há também alguns fatos esquecidos por uns e lembrados por outros, como por exemplo a Guerra do Paraguai e Guerra de Secessão, citadas por Nícia como momentos de incentivo a industrialização, não trabalhadas pelos outros dois. Assim como para Nícia e Catelli as Associações Industriais merecem mais destaque do que para Iglesias. Isso deixa bem claro que a História não é única. O *passado* pode ser “*re-inventado*”, “*re-escrito*” de formas diversas e por esse motivo as produções históricas se completam, cada uma há seu tempo, espaço e sociedade. Assim caminha a História para uma melhor percepção do passado, ocorrido, na medida em que os historiadores “*re-pensam*” e “*re-problematizam*” seu presente e projetam seu futuro.

BIBLIOGRAFIA

Obras Analisadas

CATELLI JR., Roberto. **Brasil: do Café à Indústria – Transição para o Trabalho Livre**. São Paulo: Brasiliense, 1992. Coleção Tudo é História.

IGLÉSIAS, Francisco. **A Industrialização Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Coleção Tudo é História.

LUZ, Nícia Vilela. As Tentativas de Industrialização no Brasil. in HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico - Declínio e Queda do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1995. p. 28 a 41. 4º Volume. Coleção História Geral da Civilização Brasileira.

Aporte Teórico

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. Textos, Impressão, Leitura. In: HUNT, L. **A nova História Cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 211-238

CHESNEAUX, J. . **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?** São Paulo: Ática, 1995.

FALCON, F. J. C. **A Identidade do Historiador**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: n. 17, 1996.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil – De Vanhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 1-20.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 189-193.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso – Ensaio Sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Editora da USP, 1994. p.97-116.